



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
GABINETE DA SECRETARIA  
FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARÁ

**ATA** da décima reunião ordinária do **FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ**. Data: 11 de setembro de 2010 - horário: 09h30 às 17h10. Local: Barrudada Tropical Hotel – Salão Igarapé. Av. Mendonça Furtado, nº 4120, Bairro Liberdade, Santarém-PA.

01 Aos onze dias do mês de setembro de 2010, às 09h30, deu-se início à décima reunião ordinária  
02 do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO  
03 ESTADO DO PARÁ, no Barrudada Tropical Hotel – Salão Igarapé, sito à Av. Mendonça  
04 Furtado, nº 4120, Bairro Liberdade, Santarém-PA, tendo como instituição anfitriã a  
05 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Estiveram representadas na reunião as  
06 seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), na pessoa do Prof. Licurgo  
07 Peixoto de Brito, Coordenador Estadual do PARFOR-PA, neste ato representando o Secretário  
08 de Estado de Educação do Pará e Presidente do Fórum Estadual Permanente de Apoio a  
09 Formação Docente do Estado do Pará, Prof. Esp. Luís Carlos Barbosa Cavalcante; Prof. Dr.  
10 Celso Costa (CAPES/MEC); Profa. Dra. Alba Rossi (CAPES/MEC); Universidade Federal do  
11 Pará (UFPA), Profa. Dra. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas, e o Sr. Victor Souza Castro,  
12 responsável técnico pela Base de Informação sobre Professores de Educação Básica da Rede  
13 Pública do Pará (BIP); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Profa. Dra. Janae  
14 Gonçalves Martins e Prof. Dr. Orlando Tadeu Lima de Sousa; Universidade do Estado do Pará  
15 (UEPA), Profa. Dra. Maria das Graças da Silva; Universidade Federal do Oeste do Pará  
16 (UFOPA), Magnífico Reitor Prof. Dr. José Seixas Lourenço, Profa. Msc. Terezinha de Jesus  
17 Dias Pacheco, Prof. Dr. Rodrigo Ramalho Filho, Profa. Maria de Fátima Lima, Profa. Esp.  
18 Maria Luiza Fernandes da Silva Pimentel, Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza, Profa.  
19 Dra. Dóris Santos de Faria, Profa. Edvana Santos; União Nacional dos Dirigentes Municipais  
20 de Educação (UNDIME/PA), Sra. Lucineide Pinheiro, Secretária Municipal de Educação de  
21 Santarém; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/PA), Prof. Luís  
22 Alípio Gomes; Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), Prof.  
23 Daniel Lima Fernandes; Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), Prof. Dr. Roberto Barreto  
24 Ferraz. Como participantes/colaboradoras: Profa. Hildete Costa e Profa. Esp. Maíra Carvalho,  
25 pertencentes à equipe do PARFOR-PA; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Prof.  
26 Dr. José Luiz Santana, Prof. Dr. Jorge Xavier da Silva, Profa. Dra. Josilda Moura; Universidade  
27 Federal Rural do Rio de Janeiro, Prof. Msc. Tiago Badre Marino; ALCOA, Sra. Neuza Vicente  
28 da Silva e Sra. Célia Oliveira; Secretaria Municipal de Juruti, Sra. Maria Raimunda Silva;  
29 Secretaria Municipal de Óbidos, Sr. Edson Silva de Pádua; Secretaria Municipal de Educação  
30 de Itaituba, Sr. Francisco Felipe dos Santos Melo; Sra. Marly Dhill, Diretora da Escola  
31 Tecnológica de Itaituba; Secretaria Municipal de Educação de Novo Progresso, Sr. Gilberto  
32 Luiz dos Santos. Não participaram da reunião: Instituto Federal de Educação, Ciência e  
33 Tecnologia do Pará (IFPA), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação  
34 (ANFOPE) e Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP). O Prof. Licurgo deu as  
35 boas vindas aos membros do Fórum e demais participantes, e justificou as ausências do Prof.  
36 Luís Cavalcante, presidente do Fórum, e da Profa. Ana Lúcia Santos, vice-presidente do Fórum,  
37 por problemas institucionais, explicando que na ausência dos dois membros, faz-se necessária a  
38 escolha de um presidente entre os presentes. Prosseguiu-se, então, à escolha de um dos  
39 membros do Fórum para presidir a reunião, deliberando-se, consensualmente, em favor do

40 nome do Prof. Licurgo, o qual passou imediatamente à leitura da pauta assim composta: (1)  
41 Comunicações; (2) Proposições; (3) Ordem do dia, composta pelos itens: 3.1. Leitura e  
42 aprovação da Ata da 9ª Reunião do dia 13 de agosto de 2010; 3.2. Proposta de matrícula on line;  
43 3.3. Moção à CAPES referente à pós-graduação *stricto sensu*; 3.4. Apresentação da Base de  
44 Informação sobre os Professores da Rede Pública de Educação Básica do Pará; 3.5. Vacância de  
45 habilitação às turmas do PARFOR-PA; 3.6. Discussão sobre a proposta de criação de novos  
46 pólos; 3.7. Apresentação dos resultados dos cursos da UFOPA até o momento; (4) O que  
47 ocorrer. O Prof. Licurgo franqueou a palavra para que fossem feitas as comunicações. (1)  
48 **Comunicações:** o Prof. Licurgo comunicou que: (i) o processo Seletivo 2010 02, está  
49 ocorrendo em duas etapas, a primeira foi em julho com a divulgação das turmas ofertadas pela  
50 UFOPA, e a segunda, prevista para o final de setembro com a publicação das vagas da UFPA,  
51 IFPA, UEPA e UFRA. Nessa segunda etapa, alguns problemas estão sendo identificados, dentre  
52 eles, inscrições validadas pelas Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e que não constam,  
53 na íntegra, no relatório da CAPES. Isso fez com que o resultado atrasasse, conseqüentemente,  
54 intensificando a crítica às turmas que estão sendo geradas. Mesmo assim, a previsão é de que  
55 até o final da próxima semana estarão sendo divulgados os nomes; (ii) no dia 10 do mês em  
56 curso, ocorreu em Belém, no auditório da UEPA uma reunião sobre a formação continuada e  
57 que o Fórum tem conseguido avanços muito importantes no que tange às orientações para esta  
58 formação. Considerou que a reunião foi extremamente produtiva, pois contou com a presença  
59 de 130 participantes entre IPES e SMEs. Na ocasião, a UFRA e a UEPA apresentaram os cursos  
60 que poderão ser indicados pelos municípios no PAR, e as Secretarias também se manifestaram a  
61 respeito das demandas. A memória da reunião será enviada posteriormente a todas as SMEs. (2)  
62 **Proposições:** O Prof. Seixas Lourenço propôs a inversão de pauta, sugerindo que depois do  
63 item 3.1 sejam apresentados os resultados da Agenda Cidadã e, logo em seguida, o item 3.7 que  
64 diz respeito aos resultados dos cursos da UFOPA. O Prof. Celso sugeriu incluir como tema de  
65 pauta a participação de um coordenador de pólo UAB no Fórum, dada a importância que essa  
66 participação teria na orientação e no esclarecimento da parte logística/operacional de  
67 funcionamento dos pólos. O Prof. Licurgo propôs a inclusão de pauta sobre a minuta de  
68 resolução n. 003/2010 do Fórum. Esta resolução foi apreciada ainda no mês de junho deste ano,  
69 durante a 8ª reunião ordinária, porém ressaltou que seria providencial nova leitura para verificar  
70 os ajustes que foram feitos. A Profa. Marlene, mesmo não se opondo às propostas apresentadas,  
71 pediu a permanência dos itens da pauta, dado que alguns ficaram pendentes para esta reunião,  
72 manifestando-se preocupada com o acúmulo de pauta. O Prof. Licurgo considerou pertinente as  
73 considerações feitas pela Profa. Marlene e afirmou a necessidade de se controlar o tempo de  
74 debate das questões em destaque, mantendo a sequência da pauta. O Prof. Licurgo, então,  
75 submeteu a inclusão dos itens de pauta: 3.8. Apresentação dos resultados da Agenda Cidadã;  
76 3.9. Acolhimento de um coordenador de pólo UAB como membro do Fórum; e 3.10. Minuta da  
77 Resolução n. 003/2010; ao que todos os membros concordaram com a disposição dos itens. **3.**  
78 **Ordem do dia: (3.1)** Leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião do dia 13 de agosto de 2010. O  
79 Prof. Licurgo disse que a referida ata foi encaminhada por e-mail e, portanto, dispensável a  
80 leitura naquele momento e consultou os membros quanto às sugestões de alteração da ata, ao  
81 que os membros não se manifestaram. O Prof. Licurgo mencionou que chegou via e-mail uma  
82 alteração sugerida pelo Prof. José Miguel Veloso, que esteve presente enquanto convidado na  
83 última reunião. Este solicitou que esteja explícito na ata da 9ª reunião ordinária a aprovação de  
84 novos cursos à distância. A inclusão foi aprovada por unanimidade pelos membros do Fórum. A  
85 Profa. Marlene, aproveitando a presença do Prof. Celso, o indagou sobre a manifestação feita  
86 por ele na última reunião, no que se refere aos cursos a distância, apresentados como alternativa  
87 de superação das dificuldades no estado do Pará, o que era oportuno dada a presença dos  
88 titulares e representantes das SMEs. O Prof. Licurgo considerou esta como inclusão de pauta e  
89 sugeriu que a Profa. Alba discorresse sobre o assunto. **(3.2)** Proposta de matrícula on line. O  
90 Prof. Licurgo disse que este item reflete uma grande preocupação, uma vez que muitos alunos  
91 se matriculam, contudo não comparecem às aulas, o que gera problemas para a CAPES, pois

92 traz uma série de contratemplos. Assim, de maneira a tentar evitar evasões, há a sugestão da  
93 matrícula on line, levando em consideração as facilidades da tecnologia. Essa matrícula seria  
94 feita em 02 (duas) etapas. Na primeira, o candidato preencheria todas as informações on line e  
95 faria o upload dos documentos solicitados. Todavia essa questão do upload foi posta de lado em  
96 função das dificuldades de conexão em algumas localidades. Na segunda, seria a confirmação  
97 dos documentos originais pela IPES responsável, de modo a regulamentar a matrícula  
98 institucional do candidato. Este procedimento não será empregado no segundo semestre de  
99 2010, pois não há mais tempo. Esse procedimento seria praticado, então, a partir do 1º semestre  
100 de 2011. Neste momento, o Secretário Municipal de Educação de Óbidos, Sr. Edson Pádua, se  
101 manifestou a respeito da matrícula on line dizendo que há vantagens e desvantagens. Uma das  
102 vantagens seria para a IPES, porém para o município é complicado, dado que o acesso à  
103 internet é muito difícil. Relatou que para a última seleção foi preciso enviar técnicos da SME ao  
104 município de Santarém com o intuito de validar as matrículas dos professores. Quando não  
105 conseguem vencer a validação no prazo, perde o aluno, perde o município e perde a IPES. A  
106 Profa. Alba explicou que o Brasil é grande e, por isso, a informação não chega na ponta. Ela  
107 esclareceu que é possível, quando a prefeitura não consegue acessar a Plataforma Freire, que  
108 o(a) Secretário(a) componha a relação dos nomes dos professores do município, coloque o  
109 curso e o número do CPF e envie ao MEC. A Profa. disse também que irá formular uma  
110 planilha para auxiliar os municípios nesses casos. O Prof. Licurgo esclareceu alguns pontos ao  
111 dizer que a CAPES já tinha aberto essa possibilidade de matrícula on line, mas as inscrições já  
112 estavam feitas e só poderiam aplicar essa questão agora para o segundo semestre de 2010. A  
113 Profa. Alba evidenciou outro gargalo ao dizer que, depois de validado pela secretaria, o  
114 professor-aluno tem dificuldade de saber quando a IPES o está chamando para a matrícula, o  
115 que faz com que muitos não compareçam para habilitação. O Prof. Seixas Lourenço disse que  
116 na UFOPA foram tomadas providências para resolver essa questão, chamando os coordenadores  
117 do PARFOR para atuar juntos nesse processo. Ressaltou que dos 3.000 professores-alunos  
118 inscritos, pouco mais de 1.300 fizeram matrícula. Outra dificuldade apontada refere-se à  
119 formalização da matrícula pois há professores-alunos que ainda estão na condição de ouvintes  
120 porque não apresentaram o certificado de conclusão do ensino médio. A Profa. Graça sugeriu o  
121 aproveitamento desse ponto para discutir a questão da matrícula, considerando a presença dos  
122 Secretários e que a dificuldade de alcançar os professores-alunos aprovados não é da  
123 Plataforma Freire. Para ela, a matrícula on line não vai resolver o problema, portanto, uma das  
124 saídas é se aproximar das SMEs para formalizar essa matrícula. A Profa. Janae evidenciou que  
125 o estado do Pará tem realidades diversas, o que não dá para esperar que todas as escolas tenham  
126 internet com banda larga. Por conseguinte, também não dá para esperar que a situação se  
127 resolva; a matrícula deve ser feita on line sim, nem todos os municípios terão condições, mas se  
128 de um universo de 2.000 alunos, 1.000 conseguirem matricular, será um avanço. O Sr. Victor ao  
129 evidenciar a importância da matrícula, propôs que a partir do listão a ser divulgado pela  
130 SEDUC, será possível selecionar os dados dos professores e, então, a SME pode realizar o  
131 processo de matrícula on line, informando os dados dos professores-alunos, acessando o  
132 sistema e registrando os dados. Então, as IPES acessariam a base de dados e exportariam as  
133 informações. O Prof. Roberto Ferraz esclareceu o porquê de muitos professores-alunos não  
134 apresentarem os certificados de conclusão de ensino médio ao afirmar que em muitos casos, os  
135 alunos concluem o ensino fundamental e o médio, mas as escolas não são autorizadas pelo  
136 Conselho Estadual de Educação. Ao afirmar que essa é uma situação recorrente em todo o  
137 estado, explicou como funciona a questão da legalização das escolas. O aluno passa no  
138 vestibular e não tem certificado. Então este entra com um processo no CEE, que vai verificar  
139 todo o processo passo a passo: onde o aluno estudou e se a escola tem problema com a  
140 documentação; o CEE validará os estudos do aluno e ele terá o seu certificado. É um processo  
141 célere, com envolvimento inclusive da Câmara de Educação Básica. Ao evidenciar que todas  
142 essas discussões não invalidam a questão da matrícula on line, o Prof. Orlando sugeriu o  
143 encaminhamento da questão a fim de tornar a reunião mais objetiva. O Prof. Licurgo disse que

144 a verificação da documentação original é indispensável e que a matrícula on line foi sugestão  
145 da UFPA, o que não exclui a verificação. As IPES nesse processo têm como obrigação observar  
146 a documentação, pois do contrário o ônus dessa falta é da própria IPES. A solução seria parcial,  
147 pois agilizaria a questão documental para a segunda etapa. O Prof. Orlando Tadeu sugeriu que o  
148 Comitê elaborasse uma proposta e remetesse, posteriormente, ao Fórum. O Prof. Edson disse  
149 que a parte on line pode ser feita, mas é importante a capacitação de um técnico para auxiliar a  
150 matrícula on line. Ao entender que não haviam objeções com relação à matrícula, O Prof.  
151 Licurgo remeteu o debate para um novo momento. **(3.3)** Moção à CAPES referente à pós-  
152 graduação *stricto sensu*. O Prof. Licurgo falou que esse item já havia sido pautado na 7ª.  
153 reunião ordinária, mas que ainda era preciso ser discutido. Coube, então, expor o tema naquele  
154 momento. No Brasil, a questão da formação *stricto sensu* é forte, entretanto, com relação à  
155 docência, as iniciativas ainda são tímidas, já que são poucos os programas no país que têm  
156 linhas de pesquisa voltadas para a Educação Básica. O professor da rede básica quando  
157 envereda pelo mestrado, passa a trabalhar detidamente na pesquisa e, assim, distancia-se da  
158 atuação docente. Então, após o curso de mestrado, parece natural que o professor abandone a  
159 Educação Básica e siga pelo caminho da pesquisa. Se houvesse linhas de pesquisa específicas  
160 para as disciplinas que o professor ministra, provavelmente continuaria na sua área de atuação.  
161 A necessidade de discutir esse tema no âmbito do PARFOR se dá pelo fato de que muitos  
162 sujeitos estão envolvidos; há que se criar uma dinâmica que motive os professores a  
163 participarem dos processos de formação. O envolvimento no âmbito da formação inicial  
164 contribuiria sobremaneira no âmbito da escola, com a possibilidade de evolução e de mudanças  
165 nas práticas docentes. O diálogo com a CAPES sobre esse tema foi aberto, os Profs. Licurgo e  
166 Seixas Lourenço estiveram com o Prof. Teatini em Brasília e, em conversa, este último  
167 acreditava que esta era uma questão pertinente e que deveria chegar ao conselho técnico  
168 científico da CAPES. O Prof. Teatini sugeriu que fosse feito pelo Fórum um documento para  
169 encaminhar à CAPES, pleiteando a inclusão de pauta desse tema no Conselho Técnico da  
170 CAPES. O Prof. Licurgo sugeriu minutar documento para envio. Ele pontuou que na reunião de  
171 21 de junho deste ano, a Profa. Helena manifestou-se contrária a essa ideia. O Prof. Daniel, do  
172 SINTEPP, concorda com a proposta e dá apoio, pois na cidade de Santarém os professores não  
173 têm a oportunidade de cursar mestrado e doutorado, uma vez que para quem não mora na  
174 capital é muito difícil, a demanda é grande. Ele perguntou qual seria a proposta de formação  
175 continuada *stricto sensu*, citou o caso de São Paulo em que as IPES fazem parceria e abrem  
176 turmas específicas. Sugeriu também a formação de um grupo de trabalho sobre essa questão. O  
177 Prof. Celso disse que esse tema é de suma importância e se disse favorável à qualificação  
178 *stricto sensu* dos professores, com mestrado e doutorado, pois o professor não pode ficar  
179 somente com a titulação da especialização. Sobre a questão do mestrado, o Prof. Celso  
180 observou que a metodologia da educação a distância é bem propícia. O foco na educação básica  
181 é novo, foi inaugurado pelo Ministro Fernando Haddad e pelo Presidente Lula. Em apoio à  
182 manifestação anterior, a Profa. Marlene reforçou a necessidade dos professores da Educação  
183 Básica alçarem voos mais altos, para além da especialização, portanto, têm que cursar mestrado  
184 e doutorado, serem cientistas, mas é preciso conciliar essa questão com a docência. Após as  
185 manifestações sobre o tema, os membros do Fórum aprovaram a moção à CAPES. **(3.4)**  
186 Apresentação da Base de Informação sobre os professores da Rede Pública de Educação Básica  
187 do Pará. O Sr. Victor Castro, servidor da PROEG/UFPA fez a apresentação do BIP. Ao final de  
188 sua explanação, o Prof. Daniel o parabenizou e também a toda sua equipe pelo trabalho e  
189 sugeriu a exclusão do CPF e data de nascimento do cadastro dos professores. Quanto a isso, os  
190 membros do Fórum esclareceram que somente quem tem acesso à essas informações são os  
191 secretários e a equipe do PARFOR-PA. A Profa. Marlene pediu esclarecimento a respeito do  
192 slide sobre perfis de acesso, ao que o Sr. Victor e o Prof. Licurgo explicaram. Então, foi  
193 sugerido que trocasse o nome SEDUC por Secretaria Estadual. Quanto aos municípios  
194 cadastrados no BIP que aparecem sem informação, o Prof. Licurgo informou que deve-se ao  
195 fato de que alguns municípios ainda não inseriram os dados dos seus professores. O Secretário

196 Municipal de Educação de Itaituba, Prof. Felipe Melo, mencionou o fato de que há professores  
197 cursando licenciaturas no PARFOR e também em outras instituições, situação essa que tira  
198 vagas de outros professores. O Prof. Licurgo disse que os dados da SEDUC revelam que há  
199 cerca de 4.000 professores sem graduação, mas é necessário atualizar essas informações, já que  
200 alguns desses docentes já se aposentaram ou já estão graduados. Uma força tarefa já está  
201 atuando de modo a corrigir esse problema junto ao setor competente. A Profa. Fátima se  
202 manifestou sobre a matrícula dizendo que muitos alunos se matriculam, mas na hora de cursar,  
203 acabam se transferindo para instituições particulares, o que faz com que a vaga se torne ociosa.  
204 O Prof. Licurgo explicou que a vaga não fica ociosa, pois utilizam da repescagem para tentar  
205 solucionar esse problema. Sugeriu ainda que este tema seja pauta para da próxima reunião: a  
206 questão das vagas ociosas. O Prof. Seixas Lourenço questionou o Sr. Victor sobre o prazo para  
207 acesso da base de dados. O Prof. Licurgo disse que o Comitê Interinstitucional já tem acesso, e  
208 que em 15 dias as IPES também acessarão o sistema. **(3.5) Vacância de habilitação às turmas do**  
209 **PARFOR-PA.** Este tema está intimamente relacionado ao item 3.2. O Prof. Licurgo falou que o  
210 tema é preocupante, pois os dados mostram que esta vacância não é de todo real. Ao observar  
211 os dados, a impressão que se tem é de que está sobrando vaga, mas essa sobra remete à “falta  
212 de candidatos”. Estes existem, porém o processo de operacionalização impede que se complete  
213 as vagas. Para tentar sanear essa situação, uma das propostas é a matrícula on line. O Sr. Édson  
214 Pádua, Secretário Municipal de Educação de Óbidos citou o exemplo do município, em que 31  
215 candidatos se inscreveram e foram classificados ao curso de Ciências Naturais –  
216 Física/Biologia. Para o curso de Pedagogia haviam 200 inscritos e apenas 50 vagas. Por que o  
217 restante que gostaria de fazer pedagogia não poderia ocupar as vagas de Ciências Naturais?  
218 Sugeriu a possibilidade da segunda opção de curso. A Profa. Alba explicou que a Plataforma  
219 Freire foi constituída pensando exatamente nessa questão. O Prof. Roberto disse que essa  
220 questão é bastante preocupante, dado que 99% da demanda de 42.000 professores a serem  
221 formados são da rede municipal. Então, é natural a demanda pelo curso de Pedagogia, mas resta  
222 saber se as IPES tem condições de atender essa demanda. Como o Prof. Roberto também atua  
223 no curso de Matemática do PARFOR, fez uma pesquisa e verificou que 90% dos alunos  
224 gostariam de ter se inscrito em Pedagogia; destes alunos, 90% eram da zona rural, além de  
225 serem temporários. Salientou, então, a necessidade de um planejamento maior nesses  
226 municípios. Também falou de uma possível indução, em que a prefeitura diria da demanda  
227 existente. A Profa. Hildete explicou que não dá para atender todos os professores porque as  
228 universidades também não têm estrutura para alcançá-los de uma única vez, mas isso não exclui  
229 ninguém que se cadastrou. O Secretário Municipal de Educação de Rurópolis se manifestou  
230 dizendo que o processo passado foi meio atabalhado, dada a rapidez de informações que  
231 foram repassadas e o pouco tempo hábil pra o deslocamento do professor para o pólo em  
232 Itaituba. Muitos professores perderam o período de matrícula. Também pediu esclarecimentos a  
233 respeito dos temporários, uma vez que no município esses professores foram orientados a não  
234 se inscreverem. Sobre os temporários o Prof. Licurgo explicou que estes somam quase 90% dos  
235 professores de alguns municípios. Excluir esses profissionais não seria interessante, pois  
236 deixaríamos de atender um percentual considerável de professores. Assim, a orientação é  
237 inscrever esses professores contratados também. A Profa. Fátima Matos falou da experiência da  
238 UFOPA em ministrar oficinas de leitura e produção textual, e que paralelamente estão  
239 planejando uma oficina de Matemática, de maneira a evitar a evasão de alunos, pois muitos  
240 destes não estudam há dez, quinze anos. A Profa. Marlene disse que a UFPA também faz esse  
241 tipo de trabalho e sugeriu aos representantes da CAPES o pagamento de bolsa monitoria para as  
242 pessoas que fossem ministrar esse tipo de oficina. A Profa. Alba citou o caso das evasões da  
243 UNEB na Bahia; lá foram feitos módulos especiais de modo que o aluno pudesse cursar e assim  
244 voltar a acompanhar a turma. O problema da evasão é uma questão crucial e é preciso mesmo  
245 planejar para minorar essa questão que sempre acontece. Prof. Orlando Tadeu falou dos  
246 problemas seríssimos com relação à Língua Portuguesa e à Matemática. Disse que essa solução  
247 das oficinas vai ajudar muito a reduzir a evasão. Os membros do Fórum solicitaram a inclusão

248 do tema da evasão na pauta da próxima reunião e em seguida foi feito um breve intervalo para o  
249 almoço. Os trabalhos reiniciaram na parte da tarde com o item **(3.6)** Encaminhamento sobre a  
250 proposta de criação de novos pólos. O Prof. Licurgo ressaltou que esse tema já esteve em pauta  
251 na última reunião, sendo apresentado pelo Prof. José Miguel Veloso. O Prof. Celso  
252 complementou a fala do Prof. Licurgo dizendo que a UAB vai estabilizar uma rede de pólos  
253 considerando os critérios de proximidade, densidade populacional etc. Falou também que, para  
254 esse tema ser produtivo, é importante enviar à CAPES uma pré-proposta de pólos, em seguida  
255 marcar uma reunião para definir esses locais. Então, será elaborada uma nota técnica a ser  
256 enviada para o grupo assessor deliberar. O Prof. Licurgo aproveitou a oportunidade para  
257 observar que vários municípios se candidataram a pólo e acenam com a possibilidade de  
258 investir recursos municipais. O Prof. Celso tomou a palavra para responder à pergunta feita a  
259 respeito da existência de abertura para uma espécie de trílice aliança (município, estado e  
260 federação) para a instalação de novos pólos. Disse que na época do surgimento da UAB, foram  
261 recebidas muitas proposta de municípios e estados, alguns foram selecionados como pólos;  
262 depois surgiu a política nacional de professores, que é um dos pilares dessa parceria. O Ministro  
263 Fernando Haddad é bastante incisivo no que se refere à Educação Básica. Então, em relação à  
264 UAB, todos os esforços estão reunidos de maneira a não aprovar nenhum curso que não se  
265 relacione à Formação de Professores. Os cursos aprovados antes tiveram autorização para  
266 continuar as turmas, mas não expandir. O Fórum passou a ser o *locus* para definir essa questão  
267 dos pólos, pois havia uma indução para que todos fossem estaduais. Complementou que os  
268 pólos estão sendo implementados em ritmo inferior ao proposto pelos municípios. Outra  
269 dificuldade é o calendário eleitoral que não ajuda nessa definição. O modelo ideal era que  
270 existisse uma Coordenação/Superintendência de Ciência e Tecnologia, responsável pela  
271 operacionalização da questão logística, para realizar a parte administrativa, o que liberaria as  
272 instituições para cuidar somente da parte acadêmica. Citou o caso de Roraima com a  
273 Universidade Virtual (UNIVIR) que cuida da estrutura dos pólos. O município entra com a  
274 vigilância, a limpeza, o material de consumo, e a contrapartida do estado é a adaptação do  
275 laboratório de informática, por exemplo. O pólo pode ser municipal. O mantenedor pode ser,  
276 então, ou o estado ou a prefeitura. A Profa. Marlene questionou a respeito dos pré-requisitos  
277 para ser pólo. O Prof. Celso explicou que há uma cartilha com orientações; o prédio onde  
278 funcionará o pólo tem que ter secretaria, laboratórios e demais espaços adequados ao  
279 desenvolvimento das atividades. A CAPES verificou que nos pólos existentes há pequenos  
280 reparos a serem feitos. Também há pólos com problemas graves de infraestrutura, pólos em que  
281 não podem entrar novas turmas, e o prefeito(a)/secretário(a) de educação tem 06 (seis) meses  
282 para sanear esses problemas. Se a situação estiver paralisada, o pólo será descredenciado, e o  
283 aluno remanejado para a cidade mais próxima. Atualmente 11% dos pólos do país estão nessa  
284 situação. Há a sinalização de que a Eletronorte possa ajudar no financiamento, assim como a  
285 Alcoa. A construção desses pólos evitaria que estes fossem instalados nas escolas, o que  
286 impediria as crianças de estudar. **(3.7)** Apresentação dos resultados dos cursos da UFOPA até o  
287 momento. Foi feita uma apresentação em slides pela Profa. Terezinha Pacheco, foram ofertados  
288 05 (cinco) cursos de licenciatura, sendo 04 (quatro) em forma de licenciaturas integradas. Após  
289 a apresentação, o Prof. Licurgo parabenizou a iniciativa da UFOPA em avaliar suas ações de  
290 modo que foi possível que todos vissem que houve problemas, mas o nível das atividades foi  
291 muito bom. A Profa. Dóris mostrou 04 volumes de impressos para teste do material didático,  
292 contudo não deu para ofertar o referido material para todos, entretanto alguns exemplares  
293 ficaram nas escolas, e a UFOPA vai verificar a possibilidade de, com o recurso da CAPES,  
294 imprimir mais exemplares. Estão tentando atender o professor-aluno tanto presencialmente  
295 quanto a distância. A Profa. Alba acha interessante que as IPES encaminhem para a Diretoria de  
296 Educação Básica esses estudos, tanto para o Prof. Celso quanto para o Prof. Teatini, para  
297 mostrar que o que estão fazendo para a operacionalização do plano está baseado em estudo.  
298 Fica mais fácil reivindicar e proporcionar às IPES, pois estão dedicados, empenhados. O Prof.  
299 Seixas Lourenço disse da importância de disponibilizar um laptop para cada professor-aluno, de

300 forma que essa ação vai proporcionar melhor aprendizado. Ele manteve contato com a Caixa  
301 Econômica Federal e com o Banco do Brasil para viabilizarem uma linha de crédito para os  
302 professores-alunos fazerem a aquisição desse equipamento e de maneira que possam pagar pelo  
303 bem em até 24 vezes. É preciso articular com a gerência do banco a respeito dessa temática.  
304 Também estudam a possibilidade de produzir material didático impresso e em DVD. **(3.8)**  
305 Apresentação dos resultados da Agenda Cidadã. O Prof. Luís Santana iniciou sua fala sobre o  
306 Projeto Agenda Cidadã falando da parceria entre MEC, UFPA e UFOPA. Foram feitas  
307 pesquisas e levantados diversos dados relativos à comunidade do entorno da EEEFM Madre  
308 Imaculada, levantamento este, feito pelos alunos de maneira que os dados coletados possam  
309 ajudar na preservação do patrimônio ambiental e na melhoria da qualidade de vida da  
310 população santarena. Esse projeto integra as IPES às escolas de Educação Básica da rede  
311 pública do Estado. Foi observado o baixo desempenho de ensino de ciências no país e, por esse  
312 motivo, desenvolvido o projeto para minorar essa conjuntura. O Brasil apresentou-se abaixo do  
313 Haiti no ranking internacional no que tange ao ensino de ciências. Assim, os alunos das escolas  
314 estaduais e municipais de Santarém foram convidados a integrar o projeto. A Agenda também  
315 faz um resgate da memória local circunscrita à comunidade que se localiza próxima à escola.  
316 Site do Projeto Agenda Cidadã/LAGEOP-UFRJ/LGA-UFRRJ.  
317 <http://www.lageop.ufrj.br/vicon/ladec/agendacitada/> . O Prof. Licurgo agradeceu a  
318 apresentação e parabenizou o grupo da UFRJ, da UFRRJ e da UFOPA pelo excelente trabalho  
319 desenvolvido. **(3.9)** Acolhimento de coordenadores de pólo UAB como membro do Fórum. O  
320 Prof. Celso justificou a proposta de acolhimento em função da observação de que na quinta e  
321 sexta-feira passada ocorreu em Brasília uma reunião com os coordenadores de pólos UAB da  
322 Região Norte e coordenadores UAB nas IPES. No caso do Pará, há um certo descompasso a  
323 respeito do ensino presencial e a distância. O número de reclamações feitas pelos  
324 coordenadores de pólo foi muito grande, dentre elas: (i) a falta de planejamento, pois alguns  
325 professores ligavam na semana anterior ao início do curso para solicitar equipamentos, dentre  
326 outras coisas; de outro lado, os prefeitos arrumavam um pólo para o curso intervalar que era  
327 presencial e acontecia nos municípios e o coordenador do pólo na função primordial não tinha  
328 essa tarefa, mas precisava que essa atividade fosse melhor planejada; (ii) o fato do pólo não ter  
329 férias. A UAB funciona com sistema de consulta e deliberação que envolve coordenadores de  
330 pólo, professores e tutores. O fórum regional de coordenadores de pólo acontece anualmente.  
331 No Pará, foi a primeira vez que se reuniram depois do decreto publicado, e aqui foram eleitos  
332 presidente e vice-presidente do referido fórum. A ideia é que se tenha no Fórum Estadual  
333 Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará um coordenador de pólo que estaria também  
334 na comissão diretora do fórum da Região Norte. A proposta do professor Celso, segundo o Prof.  
335 Licurgo, supre as necessidades do passado. O Prof. Licurgo registrou que quando começou a  
336 desenvolver cursos do PARFOR nos pólos UAB, entrou em contato com as Prefeituras por  
337 meio das SMEs para fazer a extensão desses pólos fisicamente, de maneira que acontecessem  
338 em escolas municipais ou estaduais, conforme o caso. Essa ideia funcionou, foi de extrema  
339 necessidade, mas não foi suficiente dado que, concomitantemente, também foram ofertados  
340 outros cursos que não eram específicos do pólo da UAB, e que não tinham campus de nenhuma  
341 instituição. Em alguns locais havia campus, mas não tinha pólo. Observou-se a necessidade de  
342 um instrumento que formalize as atribuições de cada parceiro para que sejam evitados casos  
343 críticos como o de Castanhal, em que a UFPA teve que entrar com o custeio, inclusive do  
344 material de limpeza, problemas sérios, mas que foram resolvidos. A vinda de um coordenador é  
345 importante para participar como membro do Fórum. O Prof. Celso falou que os encontros que  
346 aconteceram na própria CAPES se resolveu, e tenta resolver os problemas. Recentemente foi  
347 publicada a portaria elegendo os Fóruns Regionais, em que cada estado terá um representante  
348 coordenador de pólo, portanto, deve ser dada uma boa recepção à pessoa que virá integrar o  
349 grupo. O Prof. Roberto sugeriu que se aprovasse logo este item para não burocratizar o  
350 processo. O acolhimento de um coordenador de pólo UAB como membro do Fórum foi  
351 aprovado por unanimidade pelos membros deste último. **(3.10)** Apreciação da Minuta da

352 Resolução n. 003/2010. O Prof. Licurgo disse que essa minuta já havia sido apreciada em  
 353 junho, foram feitas as alterações sugeridas e solicitou aos membros que verificassem se está  
 354 tudo correto com o texto e com a formatação para submeter à aprovação. A Profa. Marlene  
 355 disse que fez sugestões meramente formais e encaminhará as mesmas por e-mail. A Minuta de  
 356 Resolução n. 003/2010 foi aprovada por unanimidade. **(4)** O que ocorrer. A Profa. Maria das  
 357 Graças falou que sua ausência por alguns minutos da reunião se deu em função de que foi à  
 358 UEPA rapidamente, pois estão ocorrendo aulas dos cursos do PARFOR. Ela teve a  
 359 oportunidade de falar com alguns professores-alunos e que o maior número de reclamações foi  
 360 sobre o auxílio formação. Assim, não havendo mais nada a tratar, o Prof. Licurgo agradeceu a  
 361 presença de todos informando que a próxima reunião ocorrerá no dia 18 de outubro de 2010  
 362 (segunda-feira), às 9:00h, na UEPA, que será a instituição anfitriã; deu por encerrada a reunião  
 363 e eu, Maíra Carvalho de Carvalho, lavrei a presente ata.

<b>INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O FÓRUM</b>	<b>NOME DO REPRESENTANTE</b>	<b>ASSINATURA</b>
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ <b>PARFOR-PA</b>	Licurgo Peixoto de Brito	
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – <b>MEC/CAPE</b> S	Celso Costa	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – <b>UFPA</b>	Marlene Medeiros Rodrigues de Freitas	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - <b>UEPA</b>	Maria das Graças da Silva	
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - <b>UFRA</b>	Janae Gonçalves Martins	
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - <b>UFRA</b>	Orlando Tadeu Lima de Souza	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - <b>UFOPA</b>	José Seixas Lourenço	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - <b>UFOPA</b>	Terezinha de Jesus Dias Pacheco	
UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - <b>UNDIME/PA</b>	Sandra Helena Ataíde	
UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - <b>UNCME/PA</b>	Francisco Willams Campos Lima	
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARÁ - <b>SINTEPP/PA</b>	José Mateus Ferreira	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - <b>CEE/PA</b>	Roberto Ferraz Barreto	